

Os candidatos e o calote

Fernando Carramaschi

JORNAL DE BRASÍLIA

Uma das principais tarefas do novo presidente da República, a ser eleito este ano, será a de estabelecer os critérios para o pagamento da dívida interna do País. Por enquanto, entre os presidentes, não há pronunciamentos claros a esse respeito, o que, para o mercado financeiro traz incertezas e gera, evidentemente, prejuízos de toda ordem, desde já. Os rumores de uma possível moratória interna, dependendo do candidato a ser guindado ao cargo maior da República, agravam mais a situação.

Por isso, entendemos ser bastante oportuno um pronunciamento de cada um dos candidatos, com transparência e elucidação, no sentido de definir que providências adotará caso seja eleito, no que diz respeito ao problema, cuja premência é proporcional aos prazos que se esgotam, de hoje até a posse do novo presidente.

O mercado financeiro é muito sensível, todos sabemos. Principalmente quando o assunto em questão é a dívida interna, atrelada a uma série de papéis e títulos em mãos de aplicadores. No meio financeiro, sabe-se que a cada dia que passa a dívida interna está sendo encurtada, com os prazos de vencimentos correndo contra o tempo, num esforço inédito de sobrevivência às incertezas futuras.

O novo governo que emergir das urnas, depois de 30 anos de completo jejum democrático, arcará com uma pesada herança: uma administração pública em estado pré-falimentar, uma economia combalida, pressões sociais crescentes e uma necessidade imperiosa de que o País retome o rumo do desenvolvimento e da prosperidade.

Diante desse quadro aterrador,

portanto, não é de se estranhar que o meio financeiro consolide práticas que podem ser capazes de minorar efeitos adversos provocados por esse quadro de instabilidade que vivemos: os papéis com vencimentos em 14 de novembro, 29 de dezembro e 14 de março do ano que vem estão perdendo aceleradamente o seu valor. Os detentores desses títulos poderão, portanto, se não houver reversão dessas expectativas, amargar perdas muito grandes, o que não é justo.

A credibilidade da atual administração federal continua gerando mais inquietação ainda. Emprestamos recursos ao governo através do **open-market** a taxas nominais elevadas e a prazos curtíssimos. Para que ele, governo, possa fechar suas contas diárias. Isso é uma verdadeira roda-viva: além de cobrir os juros da dívida, arca-se com os custos da máquina administrativa, ineficiente e dispendiosa.

Lamentamos que o programa de privatização das estatais não avance em ritmo necessário para estancar a sangria dos cofres estatais. No momento a única saída que vislumbramos para evitar a desastrosa perspectiva do calote, é a transferência do controle dessas estatais, da esfera governamental para a iniciativa privada, onde pontificam os setores produtivos e sadios da economia. Só assim o espectro de uma moratória eventual rondando permanentemente propostas radicais e inconseqüentes, pode ser definitivamente afastado.

A Argentina, hoje, é um bom exemplo de como poderemos dar início à superação de nossas dificuldades conjunturais, sem romper o compromisso dos governantes para com a questão das dívidas. O presidente Menem garantiu a defe-

sa do crédito do Estado antes mesmo de ser empossado, afastando qualquer dúvida a respeito de uma eventual moratória. Hoje, a economia do nosso vizinho começa a sair do atoleiro.

Cremos que, no Brasil, é tempo de reverter expectativas pessimistas e combater o processo de apoio subliminar à prática caloteira. Temos que honrar os compromissos assumidos perante os aplicadores. Por isso, nessa fase da campanha sucessória, nada mais necessário que um posicionamento claro dos postulantes à Presidência em relação ao tratamento a ser dado à dívida interna. Esse tema, aliás, deveria constar, obrigatoriamente, de todas as plataformas político-partidárias e de todos os programas de governo, independente dos matizes ideológicos, já que a questão envolve diretamente milhões de aplicadores em poupança e títulos públicos, em todo o País. Infelizmente, não é o que ocorre.

A Ancor, enquanto entidade representativa do setor, dentro do mercado financeiro, não se furtará às suas responsabilidades e atribuições. E por isso, desde já, publicamente, lançamos um desafio a todos os candidatos: que cada um deles se posicione também publicamente, na imprensa, durante o horário reservado à propaganda eleitoral e nos comícios. De nossa parte, não pouparemos esforços no sentido de esclarecer, subsidiar e convencer os candidatos sobre a importância do tema para o futuro do mercado financeiro brasileiro. Com a palavra, os candidatos!

□ Fernando Carramaschi é presidente da Associação Nacional das Corretoras (Ancor)